

Sarney só admite o plebiscito se for sobre toda a nova Constituição

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney só admite a realização de plebiscito que englobe todo o conteúdo da nova Constituição e não apenas o item relativo ao sistema de governo como desejam os Governadores das regiões Sul e Sudeste, informou ontem o Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Netto.

Sarney, segundo Frota Netto, considerou simpática a proposta, feita inicialmente pelo Governador do Rio, Moreira Franco, de fazer um plebiscito sobre o sistema de governo, mas acha que, se for realizada, a consulta popular deve abranger todo o conteúdo da nova Carta. Entretanto, essa posição do Presidente foi interpretada por um assessor do Palácio do Planalto como "uma forma de inviabilizar o plebiscito em to-

das as esferas".

Para esse assessor, os Governadores "só desejam um plebiscito parcial e o Governo não pode aceitar isso, pois o Presidente José Sarney poderá correr o risco de o seu mandato ser caracterizado como ilegítimo caso a consulta popular resulte no parlamentarismo".

Ontem, Sarney realizou mais uma rodada de conversações com políticos, defendendo a manutenção do sistema presidencialista na Constituição. Pela manhã, ainda no Palácio da Alvorada, conversou com o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, e recebeu para o café o Senador Virgílio Távora (PDS-CE). Depois, no Planalto, reuniu-se com o Ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o Consultor Geral da Re-

pública, Saulo Ramos, manteve contatos com o Senador José Richa (PMDB-PR) e o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) e conversou com os Deputados Expedito Machado (PMDB-CE) e Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Mais tarde, manifestou a Frota Netto sua confiança em que terá êxito nas negociações.

— O Governo está acreditando muito nas negociações. O Presidente Sarney acha que há espaço para negociar, apesar de reconhecer que o prazo é curto — disse o Porta-Voz do Planalto, acrescentando que Sarney deseja o cumprimento do cronograma da Constituição, embora o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, tenha solicitado a ampliação do tempo destinado à apresentação de emendas na Comissão de Sistematização.

Ulysses é contra consulta para tema específico

BRASÍLIA — Com a mesma posição do presidente José Sarney sobre o assunto, o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que se houver um plebiscito sobre a nova Constituição, deve ser feito sobre todo o seu texto, de forma global, e não apenas para uma decisão sobre o sistema de governo, conforme proposta dos governadores.

— Parcial não. A Constituição é um todo, tem uma simetria. Quando se modifica o sistema de governo, altera-se tudo — disse, acrescentando que todos os precedentes ocorridos em países democráticos, como Portugal e Espanha, são plebiscitos globais. Deixou claro, porém, que mesmo a idéia de um plebiscito global da nova carta deve ser ainda examinada e não há posição definida a respeito.

PFL teme ficar longe do Governo se parlamentarismo for aprovado

BRASÍLIA — "Deste jeito o PMDB vai ficar no Governo por 30 anos e nós nunca vamos chegar lá". Este foi o argumento usado pelo Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), ao defender enfaticamente a manutenção do presidencialismo, em reunião do Presidente José Sarney com a direção do partido, segunda-feira à noite, no Palácio da Alvorada.

O encontro, segundo participantes, ficou tenso quando entrou em discussão o sistema de governo: diante da veemente defesa do presidencialismo feita por Sarney, pelo Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), e por Lourenço, o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e o Líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS), disseram até que entregariam os cargos se sua preferência pelo parlamentarismo constrangesse o Governo.

Ao contrário do que normalmente acontece quando o Presidente se reúne com os dirigentes do PFL, a pauta do encontro já prometia constrangimentos. Logo no início, Maciel disse que o partido tem continuado na Aliança Democrática com dificuldade, pois é constante a pressão das bases pelo rompimento — como a contornada pela direção, no fim de semana, num encontro regional em Minas. Outros dirigentes queixaram-se de que, "enquanto os Ministros do PFL são Ministros da Aliança, os do PMDB são só do PMDB". Esta situação, segundo eles, dificulta o atendimento de reivindicações estaduais e municipais dos pefelistas, acirrando



Maciel e Lourenço se encontram para a reunião

ainda mais os ânimos entre os dois partidos.

Maciel lembrou que o PFL marcou convenção nacional para 29 de novembro e observou que o partido "tem o compromisso de dar sustentação ao Governo e consciência das dificuldades enfrentadas pelo Executivo". Mas não desconsiderou a possibilidade de os convencionais escolherem o fim da Aliança.

Sarney ouviu em silêncio a argumentação de Maciel e, no fim, falou das dificuldades do Governo, insis-

tindo na necessidade de que a Aliança seja preservada.

A tensão se agravou, porém, quando começou a discussão sobre a Constituinte. O Presidente, apoiado por Maciel e pelos Ministros das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, voltou a afirmar que o presidencialismo é o sistema de governo mais adequado à realidade política brasileira. E disse que está preocupado com a possibilidade de que a Constituinte tome decisões "no calor das emoções", em detrimento de "medidas duradouras".

Lourenço, reforçando as preocupações do Presidente, disse que o parlamentarismo afastaria o PFL do Governo por um período indefinido, pois o Primeiro-Ministro e, em consequência, o Gabinete sairiam do PMDB, que tem maioria parlamentar.

Embora Sarney procurasse tranquilizar Bornhausen e Chiarelli, afirmando que respeitaria os "parlamentaristas históricos" — lembrou até que o Ministro da Educação, como Senador, chegou a apresentar uma proposta de mudança de sistema —, a discussão voltou-se contra o Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz (MT). Saulo foi muito criticado por ter dito que a adoção do parlamentarismo já no próximo ano deixaria o Governo com o PMDB e permitiria que o PFL ocupasse "seu lugar natural, que é na oposição".

Saulo disse aos participantes da reunião que o presidencialismo dificultaria o rompimento da Aliança, que, no seu entender, ocorrerá logo após a convenção do PFL. Na sua opinião, se o rompimento da Aliança for adiado, o PFL perderá muitos integrantes.

Magoado com as críticas à sua tese, desabafou com amigos:

— Meu erro foi ter sido sincero e mostrado que estou pensando numa estratégia para evitar que o PFL continue a vida inteira a reboque do PMDB.

Barato

A FIRMA o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, que tem sido criticado por quem não conhece técnica legislativa. Na verdade, seu trabalho está pela metade; até agora só fez "receber e acatar" emendas, e o produto final será seu segundo substitutivo.

ENTÃO, sim.

MAS FICA sem explicação a solenidade — com discursos e fanfarras retóricas — de entrega do primeiro substitutivo, na semana passada, ao Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães.

SE O defunto era barato, a vela não teria sido cara demais?

Para Presidente, política mineral inibe empresas

BRASÍLIA — De acordo com o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), o Presidente José Sarney está preocupado com a política mineral estabelecida no substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que "tornaria essa atividade inviável", por condicionar a pesquisa e a lavra dos recursos a concessões por prazos fixos.

— Quem é que vai querer investir nessas condições? — perguntou o Deputado.

Lourenço informou que Sarney também não está satisfeito com as disposições do projeto quanto à reforma agrária e com a distribuição dos recursos orçamentários, que, para o Presidente, poderá fortalecer Estados e Municípios, mas deixar a União desguarnecida.

Presidencialismo misto é fórmula do Planalto para negociar sistema

BRASÍLIA — Um sistema presidencialista mitigado, no qual o Presidente da República é Chefe de Estado, de Governo e das Forças Armadas, mas delega poderes ao Primeiro-Ministro, uma espécie de auxiliar do Executivo, responsável pela coordenação do Conselho de Ministros. Esta é a fórmula mista de sistema de governo oferecida pelos presidencialistas para negociação com os parlamentaristas. Tanto o Primeiro-Ministro quanto o Conselho de Ministros seriam indicados e demitidos pelo Presidente, que só interferiria nos casos de crises graves.



Sant'Anna: "A culpa é de Cabral"

Se não houver entendimento dentro do prazo para a apresentação de emendas, as principais lideranças ligadas ao Presidente José Sarney apresentarão à Comissão de Sistematização uma proposta de presidencialismo puro, com o Congresso fortalecido. Esse presidencialismo fixaria, entre as novas funções do Congresso, o poder de fiscalizar o orçamento unificado da União, acompanhar o programa de governo, aprovar pla-

nos de desenvolvimento regionais e censurar Ministros.

A censura poderia ocorrer com o voto da maioria absoluta do Congresso, sendo previsto também o veto do Presidente. Mas o veto pode ser derrubado com quórum qualificado do Congresso.

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), dei-

xou claro, ontem, que o presidencialismo é a opção preferencial, mas as portas para a negociação não estão fechadas. Há, porém, uma condição para o acordo: o Chefe de Governo tem de ser o Presidente.

Sant'Anna criticou o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), responsabilizando-o pelo impasse.

— A culpa é do Cabral, que não respeitou as negociações feitas desde o início da Constituinte. Ele resuscitou uma fórmula de parlamentarismo puro que já estava morta.

O Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), principal líder do "Centro Democrático", esteve com o Presidente José Sarney de manhã e no fim da tarde participou das negociações com o representante dos parlamentaristas, Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que também esteve no Palácio do Planalto. Expedito lembrou que uma das opções para resolver o impasse é a adoção gradual do sistema parlamentarista, resguardando o mandato do Presidente Sarney.

Emenda retira imissão de posse do anteprojeto

BRASÍLIA — Retirar a imissão de posse do imóvel rural do anteprojeto da nova Carta e estabelecer o tamanho das propriedades sujeitas à desapropriação são os dois pontos centrais da emenda que será encaminhada pelo "Centro Democrático" do PMDB para o capítulo sobre Reforma Agrária do substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

De acordo com a proposta, tanto a imissão na posse serão regulamentadas pela legislação ordinária.

— Nós temos consciência de que da forma como o assunto está polarizado não chegaremos a um texto consensual, se não jogarmos as dificuldades maiores para a legislação ordinária — explicou o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, acrescentando que a Constituição deve estabelecer apenas os princípios gerais da função social da terra e o tamanho das propriedades passíveis de desapropriação, o que tranquilizaria os pequenos e médios proprietários rurais.

O Líder do Governo acredita que desta forma a emenda poderá apaziguar as posições antagônicas e conseguir grande número de votos entre os parlamentares não radicais. No seu entender, só se conseguirá o consenso se forem reduzidas as áreas de atrito.

A emenda do "Centro Democrático" propõe ainda que a Constituição preserve explicitamente os direitos dos pequenos e médios proprietários rurais. Propriedades de até 500 hectares seriam classificadas de pequenas e não poderiam ser desapropriadas. As médias propriedades, entre 500 e 10 mil hectares, só poderiam ter, no máximo, dois terços de sua área desapropriados e mesmo assim quando não forem produtivos, cabendo ao proprietário a escolha da terra que deseja manter.

Para Sant'Anna, no momento em que for estabelecido o tamanho das propriedades passíveis de desapropriação diminuirá consideravelmente a pressão sobre a Constituinte, pois é justamente a indefinição que tem deixado os produtores inseguros. Ao contrário do Estatuto da Terra, a tendência do "Centro Democrático" é estabelecer um tamanho unificado de módulos para todo o País, a fim de evitar possíveis manipulações por parte do Inera.

Líder diz que saberá logo que regime PMDB prefere

SÃO PAULO — Será conhecida na próxima semana a preferência do PMDB sobre o sistema de governo a vigorar com a promulgação da nova Constituição. Foi o que garantiu o Líder do partido na Câmara, Luís Henrique, ao se encontrar ontem à noite com o Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, no Palácio dos Bandeirantes.

Luis Henrique deu conta a Quêrcia de que vem fazendo um levantamento da tendência do partido desde algum tempo. Negou ter recebido qualquer pedido do Presidente José Sarney nesse sentido e antecipou que os primeiros dados de sua pesquisa "revelam uma predominância do parlamentarismo".

— Mas não posso dizer que dará parlamentarismo. Seria muito precipitado, pois ainda não tenho as respostas da maioria dos parlamentares — afirmou o Líder, que espera concluir suas tarefas em uma semana.

Sobre a decisão dos Governadores de discutirem a realização de um plebiscito para saber qual a vontade da população sobre o sistema de governo, Luís Henrique disse ser mais favorável a uma consulta sobre o texto constitucional como um todo e não apenas abordando um de seus itens.

— Não sei se o plebiscito será necessário para esse tema. Talvez seja necessário um referendo sobre todo

o texto da nova Carta, como fizeram os portugueses e os espanhóis — afirmou.

Ao justificar o seu encontro com o Governador Orestes Quêrcia ("Afim, é uma das principais estrelas do partido", disse), argumentou ser importante ouvi-lo sobre os problemas do País, sobre a Constituinte e sobre o próprio PMDB.

O Líder desmentiu ter ouvido do Presidente José Sarney declarações sobre pontos do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral que devem ser negociados. E disse que, a seu ver, é bastante positivo que os Governadores se encontrem, pois isso indica que estão preocupados com o PMDB e os problemas nacionais.

MALIBU CABO FRIO
PALACE HOTEL

FINS DE SEMANA
CONVENÇÕES

RESERVAS: RIO TEL. 275-3285
Cabo Frio DDD 0246 PABX 433131

Cinema com ADOLFO CRUZ
sextas à partir 9:00 h.
TV BANDEIRANTES

CONCURSO FISCAL ISS
Inscrições abertas. Venc. Cr\$ 50 mil. Termos de 20 alunos. Método personalizado. Prof. Miguel Gthwar. Rua do Castelo, nº 311, sala 318. Tel.: 285-5499 - 533-3348.

Classificados

Rua José Maurício, 150.
Tel.: 280-1789